



FNE | Consulta Nacional -
Condições de Abertura do
Ano Letivo 2022-2023
NÃO DOCENTES

4 A 11 DE NOVEMBRO 2022

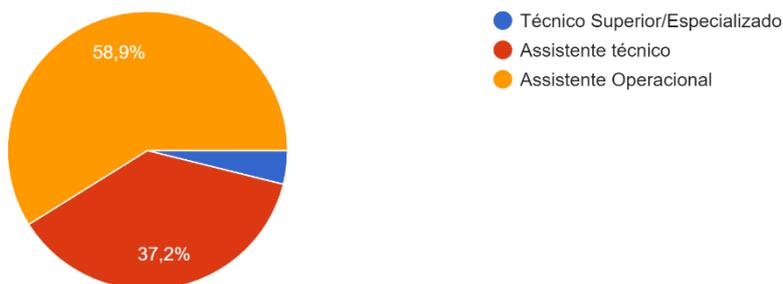


A FNE – Federação Nacional da Educação - desenvolveu uma consulta online entre 4 e 11 de novembro, para recolher a opinião de trabalhadores não docentes das escolas públicas portuguesas em relação às suas perspetivas sobre a carreira e o reconhecimento profissional, sobre as condições de início do novo ano letivo e ainda sobre o impacto já percecionado em relação à transferência de competências para as Autarquias no domínio da gestão destes Trabalhadores.

Responderam 718 Técnicos Superiores, Assistentes Técnicos e Assistentes Operacionais de todo o país.

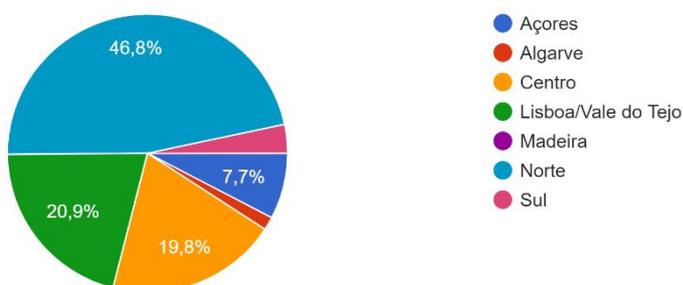
1. Em que categoria profissional se insere:

718 respostas



4. Zona geográfica da atividade profissional:

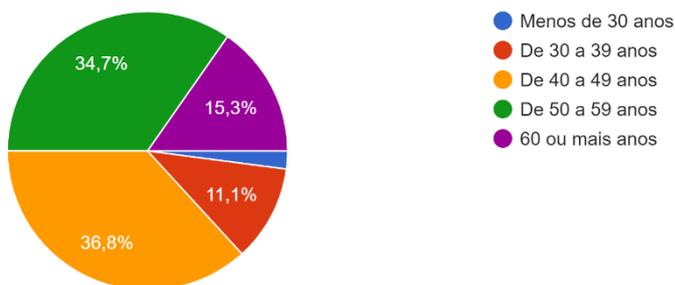
718 respostas

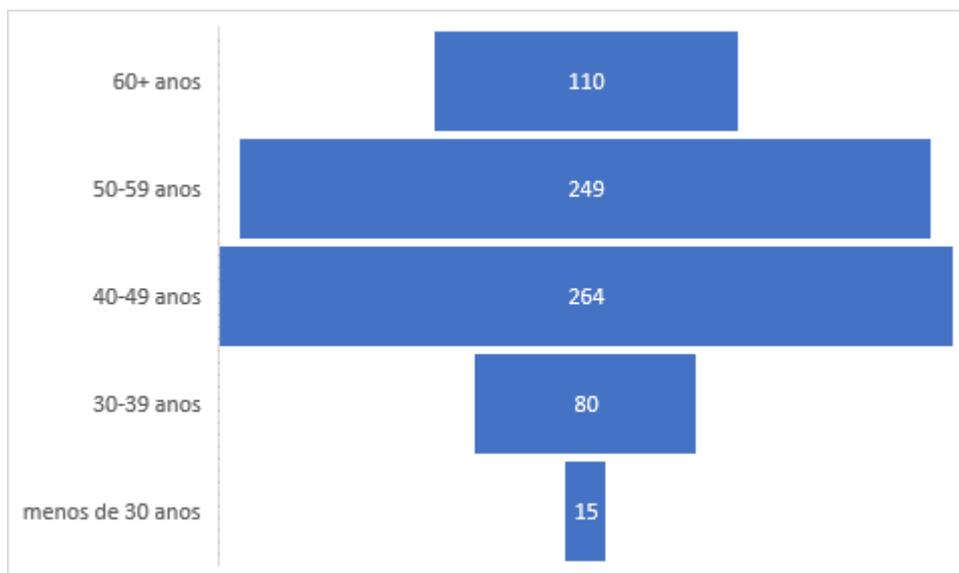


A estrutura etária do universo de respondentes encontra-se significativamente envelhecida, com cerca de 72% de pessoas com idades entre os 40 e os 59 anos e cerca de 50% com 50 ou mais anos:

2. Idade:

718 respostas

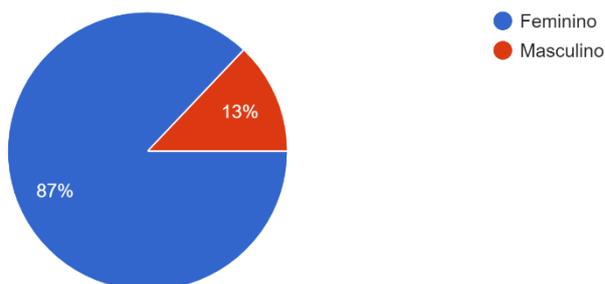




É eminente a problemática da renovação dos quadros face ao número de saídas por aposentação no espaço de cerca de uma década, bem como a maior possibilidade de ocorrência de baixas por doenças ou incapacidades diversas, associadas ao processo de envelhecimento.

A área de atividade mantém uma elevada representatividade do sexo feminino, com o sexo masculino a representar apenas 13% do total.

3. Género: 718 respostas



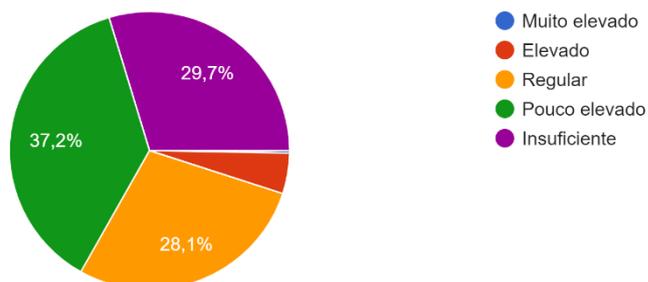
O desequilíbrio de género é muito impactante no setor de atividade, devendo ser ponderada a pertinência de adotar estratégias e medidas que o mitiguem.

A. Elementos ligados à percepção de reconhecimento, realização profissional e liberdade de expressão

Na sua grande maioria (cerca de 67%), as pessoas respondentes detêm uma percepção negativa relativamente ao reconhecimento social da sua atividade em contexto laboral, qualificando-o como insuficiente ou pouco elevado.

5. Globalmente sente que há um reconhecimento social pela atividade dos Trabalhadores não Docentes nas nossas escolas? Só nas escolas ou em toda a sociedade?

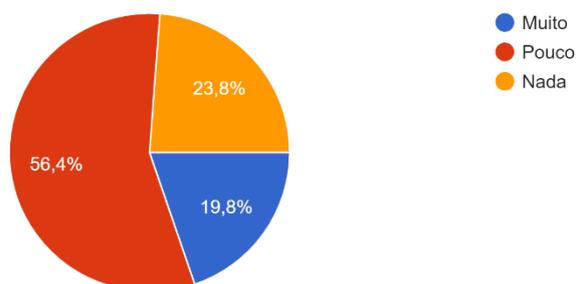
718 respostas



Quando inquiridas acerca do reconhecimento por chefias, amplia-se a percepção de pouco ou nenhum reconhecimento, com mais de 80% de respostas num destes sentidos, o que pode sinalizar a existência de mal-estar em contexto laboral.

7. Sente-se reconhecido pelos seus superiores hierárquicos?

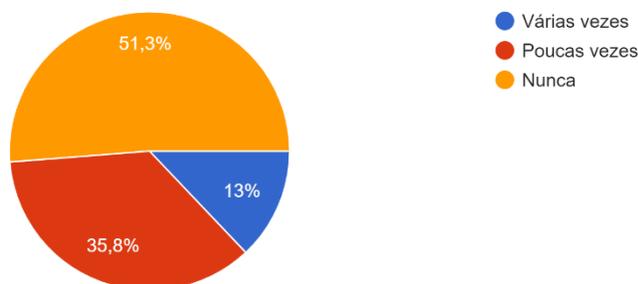
718 respostas



Esta percepção de falta de reconhecimento também extravasa o contexto laboral: quando a pergunta incide sobre o reconhecimento público do trabalho realizado pelo Pessoal Não Docente, cerca de 87% das pessoas afirmam que sentem pouco, ou mesmo, a total ausência de reconhecimento.

8. Alguma vez recebeu algum tipo de reconhecimento (público) do seu trabalho?

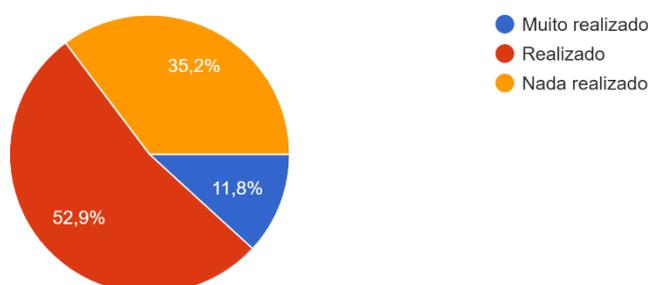
718 respostas



Ainda que a maioria (cerca de 53%) evidencie possuir uma percepção regular quanto ao sentimento de realização profissional, importa equacionar o desequilíbrio verificado entre a reduzida expressão de trabalhadores/as que se sentem muito realizados/as e a elevada expressão daqueles/as que se sentem nada realizados/as.

6. Sente-se realizado no exercício da sua profissão?

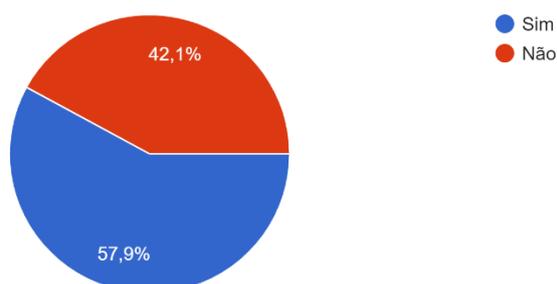
718 respostas



Cerca de 42% das pessoas respondentes afirmam não se poder exprimir livremente sobre o trabalho que desempenham no seu local de trabalho, denotando a existência de limitações à sua liberdade de expressão, que importa averiguar face à expressividade dos resultados apurados.

9. Sente que pode exprimir-se livremente no seu local de trabalho sobre o trabalho que desempenha?

718 respostas

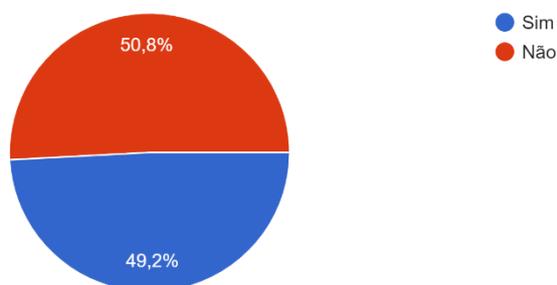


B. Participação / envolvimento / discriminação

Mais de metade das pessoas respondentes nunca participaram em atividades em parceria com pessoal docente.

10. Já participou em grupos de trabalho em parceria com educadores e/ou professores?

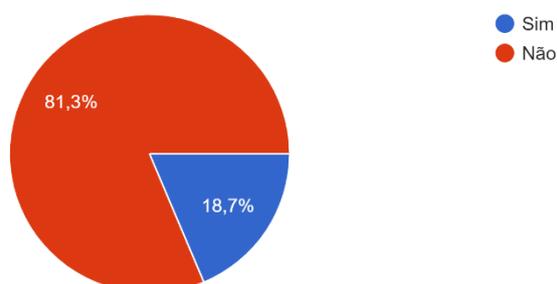
718 respostas



E mais de 81% nunca integrou o projeto educativo da escola, sendo muito evidente a ausência de estratégias e medidas para inclusão destas pessoas em processos de participação e envolvimento.

11. Já integrou algum projeto educativo da sua escola?

718 respostas



Destacam-se algumas boas práticas que merecem referência, por entre cerca de 18% das pessoas que já foram ou são habitualmente envolvidas nestes processos:

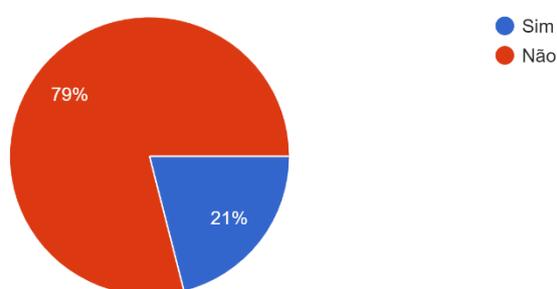
- *Vários projetos de investigação - ação, em colaboração com entidades de ensino superior, ao nível das aprendizagens, comportamento e competências socio-emocionais;*
- *Participação na elaboração do regulamento interno ou na própria elaboração do projeto educativo;*
- *Participação no conselho pedagógico.*

Quanto à participação nos órgãos sociais, a esmagadora maioria dos/as trabalhadores/as nunca integrou o Conselho Geral da escola e, mesmo por entre o reduzido número de participações, subsistem apreciações negativas:

- *A avaliação não é positiva, nós o Pessoal só estamos no CG porque é obrigatório fazermos parte do mesmo. Nunca somos ouvidos e, se pedimos para intervir a resposta é que não é relevante para os trabalhos;*
- *Na prática, era só o elemento eleito pelos pares para integrar o Conselho Geral.*

12. Faz parte ou já pertenceu ao Conselho Geral da sua escola?

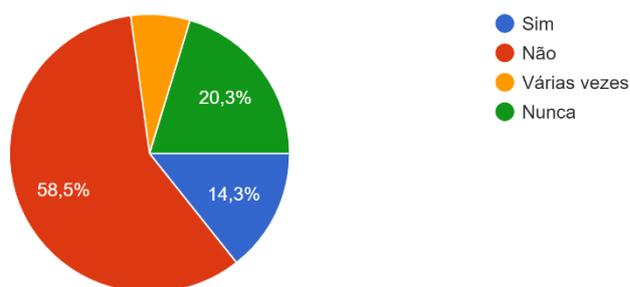
718 respostas



O Pessoal Não Docente também não é convocado a dar contributos para o plano anual de atividades das escolas em que trabalha – cerca de 79% das pessoas respondentes nunca foram convidadas a tal.

13. Na sua escola os Trabalhadores Não Docentes são chamados a contribuir com sugestões para o Plano Anual de Atividades?

718 respostas



O reforço do envolvimento e da participação do Pessoal Não Docente nas escolas poderia refletir-se na melhoria da perceção de reconhecimento e de realização profissional, além de incrementar os seus níveis de informação e de motivação para a frequência de formação contínua.

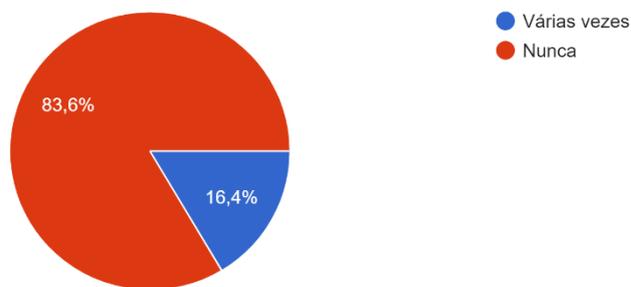
Na sua grande maioria, as pessoas inquiridas não consideram ser alvo de discriminação ou assédio no local de trabalho, contudo a resposta a outras questões, nomeadamente referentes à possibilidade de participação ativa nos órgãos sociais e de gestão da escola sugerem que essa discriminação acontece. Provavelmente a inclusão dos dois fatores na pergunta (discriminação + assédio) terá sido percecionada/respondida considerando o fator “assédio” (que, por seu lado, também não distingue os vários tipos de assédio).

Registam-se, no entanto, comentários que validam o entendimento mais completo da pergunta por algumas das pessoas respondentes:

- *Sou discriminada continuamente no vencimento e nas inúmeras tarefas que tenho que desempenhar no dia a dia.*

15. Alguma vez foi alvo de algum tipo de discriminação ou assédio no seu local de trabalho?

718 respostas

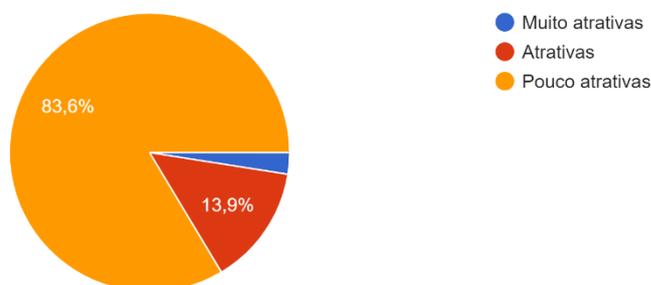


A) Carreira e Remuneração

As perspetivas quanto à evolução de carreira profissional são muito negativas para cerca de 84% dos/as trabalhadores/as respondentes.

16. Quais as suas perspetivas de carreira?

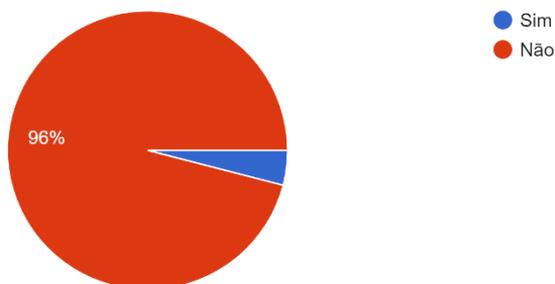
718 respostas



Esta situação pode ter relação com a estrutura etária predominante (envelhecida), mas poderá estar igualmente associada à percepção de falta de reconhecimento. Na esmagadora maioria, as pessoas inquiridas consideram que não são remuneradas de acordo com as exigências do trabalho que desempenham (96% das respostas).

17. Considera que a sua remuneração é compatível com as exigências do trabalho que realiza?

718 respostas

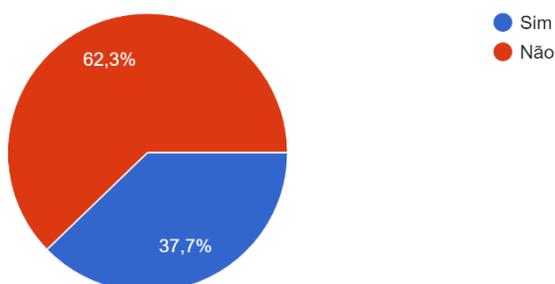


B) Formação

Subsiste uma percentagem significativa de Pessoal Não Docente que não é envolvido em ações de formação contínua em ambiente de trabalho – cerca de 62%.

19. Tem tido acesso a formação contínua no seu Agrupamento/Escola não agrupada?

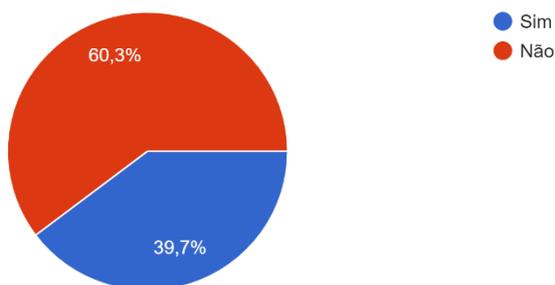
718 respostas



Deste, a grande maioria considera que a formação frequentada não foi adequada às necessidades sentidas – cerca de 60%.

20. A formação contínua que lhe foi disponibilizada pelo Empregador foi adaptada às necessidades das funções que desempenha?

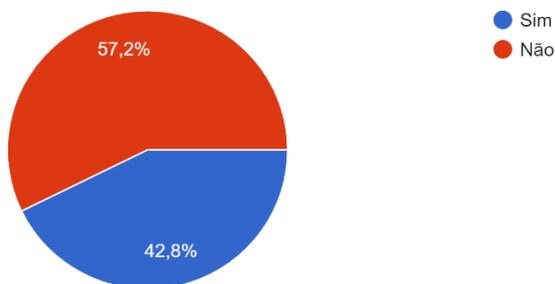
718 respostas



A percentagem de Pessoal Não Docente que não tem tido acesso a formação contínua (fora do ambiente de trabalho) é também significativa: cerca de 57%.

18. Tem tido acesso a formação contínua?

718 respostas

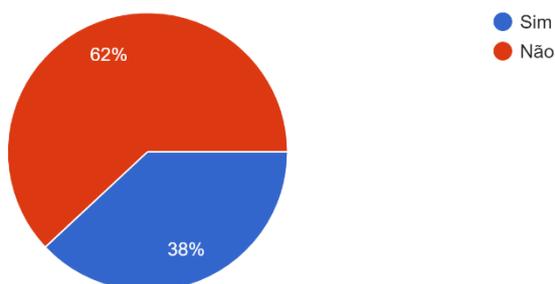


O desajustamento ou a relativa ineficácia da formação realizada parece ser uma problemática a considerar, bem como a necessidade de responsabilizar as escolas pela formação de trabalhadores/as ao seu serviço, tanto mais que são espaços de aprendizagem por excelência.

62% dos/as trabalhadores/as inquiridos/as não sabe ou não aderiu à formação promovida pelo seu sindicato/federação. Importa detalhar a(s) causa(s), numa futura auscultação.

21. Já alguma vez fez formação através do seu sindicato/federação?

718 respostas

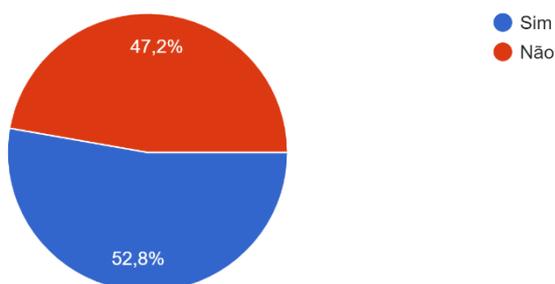


C) Transferência de competências

Uma percentagem significativa das pessoas inquiridas refere que não foi informada acerca da transferência de competências – cerca de 47%.

22. Foi informado da transferência de competências?

718 respostas

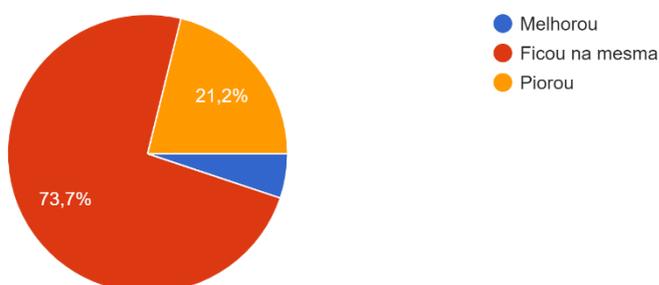


A resposta mais frequente relativamente às mudanças percecionadas com esta transferência, é a de que nada mudou. São relatadas algumas perdas de regalias e, num ou noutro caso, melhorias. O mesmo acontece com impactos percecionados na vida pessoal, a maioria não reconhece ter havido alterações, ainda que alguns casos identifiquem mudanças, mas em número reduzido face ao universo de respostas.

Também ao nível das condições de organização do trabalho atribuído, a maior parte das pessoas inquiridas (cerca de 74%) considera terem-se mantido sem alterações com o processo de transferência de competências.

23. Como avalia as condições de organização do trabalho que lhe está atribuído depois da transferência?

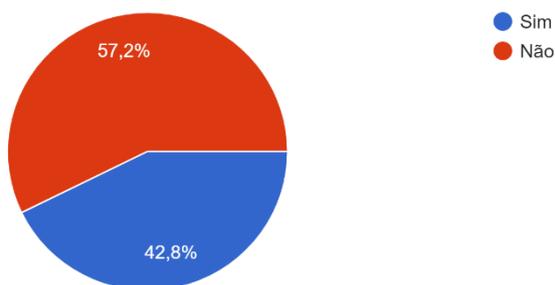
718 respostas



E mais de metade (cerca de 57%) considera que as direções dos agrupamentos ou escolas não perderam competências com este processo.

24. Considera que as Direções escolares dos Agrupamentos de Escolas/ Escolas não agrupadas perderam competências com a transferência para as autarquias?

718 respostas



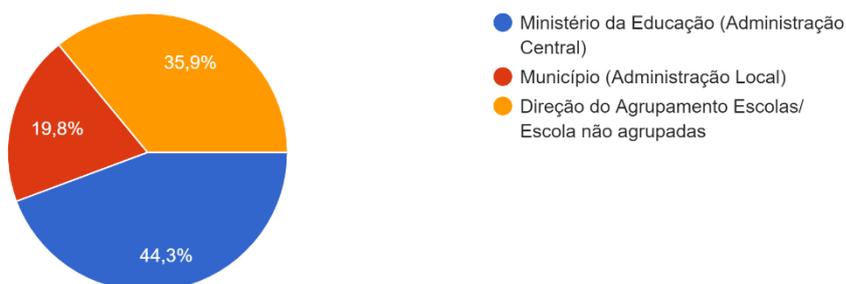
Quanto aos aspetos mais preocupantes com o processo de transferência de competências, as pessoas inquiridas assinalam (listados por número de ocorrências):

- Preocupação com a avaliação de desempenho – 43
- Preocupação com o regime de mobilidade aplicável – 26
- Preocupação com a gestão a partir dos municípios – 19
- Problemas de desorganização/má organização - 17
- Receio de influências da política/políticos/interesses/falta de transparência/corrupção – 16
- Preocupação com a carreira – 13
- Falta de informação ou de formação - 10
- Preocupação com a progressão profissional – 8
- Falhas de comunicação - 7
- Perda de autonomia – 7
- Preocupações associadas à contratação – 4

Cerca de 44% dos/as trabalhadores/as inquiridos/as considera que a gestão do Pessoal Não Docente deve ficar a cargo do Ministério da Educação, e cerca de 36% que deve ficar a cargo da direção do agrupamento ou escola. Em menor número são as respostas que apontam que essa gestão deve ficar a cargo do município (cerca de 20%).

26. Que entidade deveria ficar responsável pela gestão dos Trabalhadores Não Docentes?

718 respostas

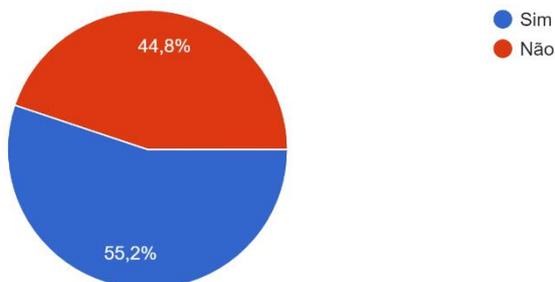


D) Filiação sindical

Mais de metade dos/as trabalhadores/as inquiridos/as (cerca de 55%) são associados/as de um sindicato:

27. É sindicalizada/o?

718 respostas

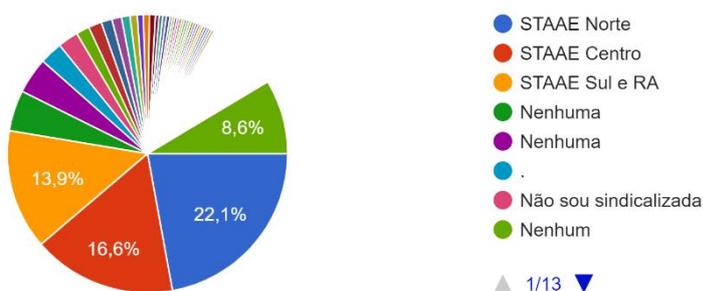


Na sua maioria (cerca de 53%) integram as estruturas sindicais STAAE, com a seguinte distribuição regional:

- Norte (22%)
- Centro (cerca de 17%)
- Sul e Regiões Autónomas (cerca de 14%)

28. Qual é a Associação Sindical?

718 respostas



A FNE agradece a todos quantos participaram nesta Consulta Nacional e que dessa forma ajudaram na ação que é da nossa responsabilidade de promover um melhor sistema educativo, com profissionais reconhecidos e valorizados.